



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DALLÁRA JENIFFER DA SILVA

TELAS E INCLUSÃO: a atuação do Intérprete de Libras no Ensino Remoto Emergencial
para alunos surdos em tempos de pandemia de Covid-19

CARUARU

2024

DALLÁRA JENIFFER DA SILVA

TELAS E INCLUSÃO: a atuação do Intérprete de Libras no Ensino Remoto Emergencial para alunos surdos em tempos de pandemia de Covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Ensino Remoto Emergencial, Surdos, Intérprete de Libras

Orientador: Prof. Dr. Thiago Ramos de Albuquerque.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a Ana Maria Tavares Duarte.

CARUARU

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Dallára Jeniffer da.

TELAS E INCLUSÃO: a atuação do Intérprete de Libras no Ensino Remoto Emergencial para alunos surdos em tempos de pandemia de Covid-19 / Dallára Jeniffer da Silva. - Caruaru, 2024.

44 p. : il., tab.

Orientador(a): Thiago Ramos de Albuquerque

Coorientador(a): Ana Maria Tavares Duarte

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Pedagogia - Licenciatura, 2024.

1. Ensino Remoto Emergencial. 2. Alunos Surdos. 3. Intérprete de Libras. 4. Libras. 5. Pandemia. I. Albuquerque, Thiago Ramos de. (Orientação). II. Duarte, Ana Maria Tavares. (Coorientação). IV. Título.

370 CDD (22.ed.)

DALLÁRA JENIFFER DA SILVA

TELAS E INCLUSÃO: A atuação do Intérprete de Libras no Ensino Remoto Emergencial para alunos surdos em tempos de pandemia de Covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia - Licenciatura do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 18/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Ramos de Albuquerque
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Tavares Duarte
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Coorientadora)

Prof. Dr. Alexandre Viana Araújo
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Examinador Interno)

Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Barros
Núcleo de Formação Docente/CAA - UFPE
(Examinadora Interna)

AGRADECIMENTOS

Ao meu **Deus**, por todas as bênçãos e orações atendidas.

A minha **mãe, Maria**, por todas as orações que fez por mim e por todo apoio.

Ao meu **pai, Severino**, por sempre se preocupar e me ajudar quando precisei.

Aos meus **pais**, minha eterna gratidão a todo apoio e incentivo que recebi, obrigada por estarem sempre ao meu lado, me dando amor e cuidado. Obrigada por serem minha base.

Aos meus **avós** (*in memoriam*), que não tiveram a chance de ver a neta se graduar, mas que sempre acreditaram e cuidaram de mim, me dando amor e suporte. Tenho muito orgulho de dizer que sou neta de **Zé Preto e Dona Teresinha**.

A minha **avó Sebastiana**, obrigada pelo cuidado e preocupação.

A minha melhor amiga, **Laura**, que sempre me apoiou, consolou e me aconselhou, sendo como uma irmã para mim. Obrigada por ser a minha pessoa.

A minha amiga, **Kélvia**, que é bem mais que uma colega de turma, está comigo desde o primeiro período, sem ela eu não teria chegado onde cheguei nessa graduação, obrigada pelo suporte, conselhos, por ser meu ombro amigo durante meu percurso nesta universidade.

As minhas amigas, **Ana e Micaele**, que escutaram minhas reclamações e me apoiaram durante todos os períodos da graduação.

Aos meus **amigos, familiares e colegas de turma**, obrigada a todos que de alguma forma me ajudaram e por suas palavras de apoio e carinho.

Aos professores **Thiago de Albuquerque e Ana Duarte** por terem aceitado serem aqueles que me orientaram durante a construção dessa monografia.

Aos professores **Alexandre Araújo e Ana Barros** por terem aceitado fazer parte da banca de defesa desta monografia.

A **mim**, obrigada por nunca ter desistido e persistido todo esse tempo!

“Neutra, “indiferente” a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser.” (Freire, 1996, p. 51).

RESUMO

A presente pesquisa retrata sobre a atuação do Intérprete de Libras no Ensino Remoto Emergencial na educação básica, através de artigos do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), Congresso Internacional de Educação e Inclusão (CINTEDI) e o Congresso Nacional de Educação (CONEDU), a fim de compreender como os pesquisadores retratam o papel do intérprete frente à essa nova e complexa modalidade de ensino. Para tanto, entende-se que a educação deve estar direcionada para o exercício da cidadania, respeito e é claro, a escolarização, reconhecendo a educação como direito de todo o ser humano. Entretanto, é inegável os desafios que houveram para integrar as pessoas surdas no seu direito de ter acesso a uma educação integral, transformadora e emancipatória durante a pandemia de COVID-19. Desse modo, através dos achados da pesquisa, conclui-se que, os artigos apresentam o Intérprete de Libras como mais que uma ponte de comunicação entre surdo e ouvinte, mas também auxiliam no desenvolvimento de competências acadêmicas aos estudantes surdos e permitir-lhes participar ativamente nas interações no ensino remoto seja professor-regente e aluno surdo quanto aluno ouvinte e alunos surdo, expandir as suas habilidades sociais e emocionais e, obviamente, garantir os direitos dos alunos surdos e promover um ambiente escolar mais igualitário e inclusivo.

Palavras-chave: Ensino Remoto Emergencial; Alunos Surdos; Intérprete de Libras; Libras; Pandemia

ABSTRACT

This research portrays the role of the Libras Interpreter in Emergency Remote Teaching in basic education, through articles from the Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), the Congresso Internacional de Educação e Inclusão (CINTEDI) and the Congresso Nacional de Educação (CONEDU), in order to understand how researchers portray the role of the interpreter in this new and complex teaching modality. To this end, it is understood that education must be directed towards the exercise of citizenship, respect and, of course, schooling, recognizing education as a right for every human being. However, the challenges there were to integrate deaf people in their right to have access to a comprehensive, transformative and emancipatory education during the COVID-19 pandemic are undeniable. Thus, through the research findings, it is concluded that the articles present the Libras Interpreter as more than a communication bridge between deaf and hearing people, but also help in the development of academic skills for deaf students and allow them to actively participate in interactions in remote education, whether teacher-director and deaf student or hearing student and deaf students, expands their social and emotional skills and, obviously, guarantees the rights of deaf students and promotes a more egalitarian and inclusive school environment.

Keywords: Emergency Remote Teaching; Deaf Students; Interpreter of Libras; Libras; Pandemic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ART.	Artigo
CBEE	Congresso Brasileiro de Educação
CINTEDI	Congresso Internacional de Educação e Inclusão
CONEDU	Congresso Nacional de Educação
EAD	Educação à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
GEPeSS	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Surdez
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
L1	Primeira Língua
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PE	Pernambuco
SEESP	Secretaria de Educação Especial
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1	ALGUNS MARCOS LEGAIS NA INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA.....	16
2.2	A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	20
2.3	A EDUCAÇÃO DE SURDOS DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	23
3	CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	26
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
3.2	TIPO DE ESTUDO.....	26
3.3	COLETA DE DADOS.....	27
3.3.1	Crítérios de Inclusão e Exclusão.....	27
4	ANÁLISE DE DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	30
4.1	OS DESAFIOS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA OS INTÉRPRETES DE LIBRAS.....	30
4.2	AS ADAPTAÇÕES E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	32
4.3	A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Em 2020, o mundo foi assolado por um vírus cuja propagação foi de maneira exacerbada ocasionando uma quantidade expressiva de óbitos ao redor do mundo, logo nos primeiros meses do ano 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara o SARS-CoV-2, vírus da família coronavírus que provoca a COVID-19, como pandemia no Brasil, ocasionando mudanças drásticas nas esferas social, econômica e educacional da sociedade brasileira. Uma das ações tomadas para diminuir a propagação do vírus na população foi o isolamento/distanciamento social, ocasionando o aumento do uso de tecnologias, assim, as instituições de ensino acabaram aderindo à modalidade do ensino remoto gerando uma nova dinâmica de ensino e de aprendizagem. A nova realidade educacional impôs um cenário desafiador para os profissionais da educação básica, exigindo novas estratégias pedagógicas, uma busca por novos conhecimentos e novas práticas escolares, além exigir uma dominação dos usos das tecnologias no ambiente virtual a fim de promover a continuidade do processo de aprendizagem educacional.

Além de ser um momento desafiador de adaptação, surge um impasse sobre como incluir estudantes surdos no ensino remoto, visto que, era necessário repensar em uma nova didática, recursos e estratégias para incluir esses estudantes surdos e facilitar o ensino-aprendizagem nas aulas remotas. Segundo Brasil (2004), surdos

São as pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes. (Brasil, 2004, p. 10)

E ouvintes “[...] refere a todos aqueles que não compartilham as experiências visuais enquanto surdos” (Brasil, 2004). Desta forma, o processo de adaptação do presencial para o remoto deu-se de maneira diferenciada, para os estudantes surdos, foi necessária a garantia da presença de intérpretes de Libras ou a disponibilidade de materiais de ensino remoto e recursos tecnológicos com acessibilidade a formatos visuais para facilitar a compreensão, tais como videochamadas, legendas e traduções para Libras. Já para os estudantes ouvintes, havia a pendência da comunicação oral ou escrita, os materiais online não precisavam necessariamente de formatos visuais ou de adaptação de língua, o formato escrito era o mais consumido.

À vista disso, diante desse cenário educacional desafiador, foi preciso lembrar que o princípio fundante que institucionaliza a escola é a garantia da aprendizagem para todos os sujeitos sem distinção, para Meirieu (2005),

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva. (Meirieu, 2005, p. 44)

No formato presencial, o ensino já é uma tarefa complexa e com a entrada abrupta do ensino remoto em uma pandemia durante o isolamento social, o ato de ensinar e de garantir o acesso à educação se tornou mais ainda, trazer para mais perto através de uma tela a essência da educação que é a de entender o ser humano em sua complexidade, a “[...] pedagogia, se afirma com uma função social, política, cultural, moral na crença de que o humano é viável: educar infâncias humanizáveis” (Arroyo, 2020, p. 780). Então foi preciso que a escola, professores, intérpretes de libras e demais funcionários pensassem em uma maneira de tornar o ensino remoto apto a atender todos os sujeitos, sem nenhuma reserva, sem excluir os estudantes surdos.

Desde a pandemia, alguns pesquisadores se dispuseram a retratar em suas pesquisas sobre a educação no ensino remoto para alunos surdos, trazendo os avanços e desafios neste período de alteração abrupta da vida cotidiana escolar. Apesar disso, Silva, Branco e Chahini (2021) publicaram no IX Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) sobre o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e a inclusão dos alunos surdos no ensino superior, relatando os recursos tecnológicos, estratégias, adaptações pedagógicas e didáticas e orientações direcionadas aos professores para o trabalho com esses alunos surdos. Também através da IX CBEE, Santos, Silva e Kelman (2021) publicaram sobre o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Surdez – GEPeSS, um curso (EAD) no Rio de Janeiro para capacitar pessoas que trabalham com a educação de pessoas surdas (professores, especialistas, profissionais da educação, alunos de graduação de Pedagogia e outras áreas de conhecimento, e familiares), os autores abordam as experiências das pessoas que ingressaram no curso e a presença das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Ainda sobre um dos artigos publicados no IX CBEE, na sua obra, Negreiros, Anache e Sebastián-Heredero (2021), os autores relatam as experiências de práticas educativas de estudantes surdos na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) durante a pandemia, ou seja, nessa pesquisa o foco era voltado aos estudantes surdos e suas

experiências educacionais durante o período pandêmico. No ano anterior, Oliveira e Mesquita (2020) publicam no IV CINTEDI, um artigo voltado para a atuação do Intérprete de Libras em sala de aula na modalidade de ensino presencial, a pesquisa foi realizada com três Intérpretes de Libras do Ensino Fundamental que atuam em uma escola municipal da rede pública, em Buenos Aires – PE. O estudo é voltado para a importância do intérprete de Libras como ponte de comunicação entre o surdo e o ouvinte, além de como estes profissionais compreendem o processo de inclusão do aluno surdo no ambiente escolar.

Em 2023, ano passado, Silva e Mourão (2023) publicaram no IX CONEDU uma pesquisa que ainda está em andamento, iniciada em 2022, voltada como um relato de experiência (dos próprios escritos) como intérpretes de Libras numa escola pública municipal da cidade de Moreno-PE, cuja intenção é o (re)pensar da prática docente, avaliação e planejamento. Além de compreender as metodologias aplicadas no contexto de educação inclusiva com um estudante do 4º ano do Ensino Fundamental, que além da surdez profunda, apresenta múltiplas deficiências.

Com esse pequeno levantamento de pesquisas publicadas em anais de Congressos, gostaríamos de salientar que desde 2020, ano que o Covid-19 é declarado como pandemia pela OMS no Brasil, que estudos são levantados sobre a inclusão de alunos surdos nas aulas remotas tanto na educação básica quanto no ensino superior, sobre o professor regular da sala de aula diante o ERE, como descrito anteriormente, há pesquisas com enfoque no e sobre os intérpretes de Libras, entretanto em sua grande maioria são voltados para a sala de aula presencial. À vista disso, surgiu o interesse em pesquisar sobre a atuação do intérprete de Libras na educação básica frente a um ensino remoto em plena pandemia e a complexidade que envolveu seu trabalho, embora haja uma escassez de estudos voltados para essa temática, é preciso compreender o contexto, as dinâmicas, metodologias utilizadas e os obstáculos que compuseram a inclusão de estudantes surdos em uma educação digital.

Pensando na complexidade do Ensino Remoto Emergencial, a presente pesquisa retrata sobre a atuação do Intérprete de Libras na educação básica no Ensino Remoto Emergencial, que através da pesquisa bibliográfica, trouxemos um levantamento de artigos de alguns anais de congressos que foram do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), Congresso Internacional de Educação e Inclusão (CINTEDI) e o Congresso Nacional de Educação (CONEDU), a fim de compreender como os pesquisadores retratam o papel do intérprete na educação básica frente à essa nova modalidade de ensino diante os desafios e avanços. O período de levantamento de dados e pesquisa compreenderam os anais

de 2020 a 2023 dos referidos congressos, vale salientar que, todos os artigos escolhidos foram publicados nos Anais digitais dos congressos citados, visto que, o período em que estes foram publicados foram em tempos em que a pandemia estava mais alarmante, cujo formato presencial estava vedado por motivos de segurança e risco de contaminação, além do mais, o período dos artigos selecionados para análise de dados se referem aos anos de 2020 a 2021, pois infelizmente não há pesquisas publicadas voltadas para essa temática nos congressos citados nos anos de 2022 e 2023. O presente estudo não pretende abordar uma perspectiva focada no aluno surdo ou do professor regular sobre os desafios do ERE, mas sim do intérprete de Libras na educação básica e sua atuação na nova realidade educacional e as ações tomadas para contornar os obstáculos enfrentados.

A partir daí que surge a inquietação que baliza nosso enfoque na presente pesquisa: “Como os pesquisadores retratam a atuação do intérprete de Libras no Ensino Remoto Emergencial na educação básica para alunos surdos durante a pandemia de COVID-19 nos artigos dos anais do CINTEDI, CONEDU e CBEE no que se refere a estratégias e desafios?”. O princípio fundante que institucionaliza a escola é a garantia da aprendizagem para todos os sujeitos sem distinção, a partir desse questionamento, direcionamos a pesquisa para o seguinte objetivo geral que é compreender como os pesquisadores retratam a atuação dos intérpretes de Libras na educação básica no Ensino Remoto Emergencial para alunos surdos durante a pandemia de COVID-19 nos artigos dos anais do CINTEDI, CONEDU e CBEE no que se refere a estratégias e desafios, e para então, alcançar esse resultado intelectual, propusemos os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar os desafios apresentados nos artigos do CINTEDI, CONEDU, e CBEE que os intérpretes de Libras enfrentaram durante o processo de adaptação no ensino remoto emergencial da educação básica e as barreiras encontradas para exercer seu trabalho; 2. Elencar as adaptações e as estratégias pedagógicas utilizadas pelos intérpretes de Libras para a inclusão de alunos surdos na educação básica no ensino remoto emergencial que foram retratadas nos artigos do CINTEDI, CONEDU e CBEE; e, 3. Apresentar a importância do papel do intérprete de Libras como ponte entre os surdos e ouvintes no Ensino Remoto Emergencial durante o período de isolamento social nos referidos artigos do CINTEDI, CONEDU e CBEE. São através desses objetivos que poderemos compreender melhor a complexidade que envolveram o processo de ensino e aprendizagem de discentes surdos no período remoto.

Justifico, portanto, que a temática dessa pesquisa mostra-se de grande pertinência, principalmente pós-pandemia, ao mostrar as contribuições que trabalhos e pesquisas

exercem na formação acadêmica, vindo a contribuir na identificação de barreiras de comunicação, inadequação de recursos e tecnologias educacionais, servindo para melhorar as que já existem ou até mesmo na criação de novos recursos, pensando mais a frente, pesquisas desse cunho podem vir a contribuir e influenciar no desenvolvimento de políticas públicas. Principalmente por ser uma temática recente, mostrando não só as dificuldades de interação gestual-visual juntamente com a adaptação de tecnologias emergentes e de estratégias pedagógicas para uma melhor acessibilidade e inclusão de estudantes surdos em um contexto virtual, contribuindo assim, para a capacitação de professores e sensibilização e conscientização sobre as necessidades de alunos surdos, além de, é claro, poder de alguma forma influenciar melhorias no contexto da modalidade de Ensino a Distância (EAD) para alunos surdos no que tange a inclusão, informação e comunicação.

Em nível pessoal, sinto uma grande admiração, admiração da complexidade do papel do intérprete de Libras sendo ponte entre o estudante surdo e o professor regular ouvinte, e demais ouvintes, principalmente, no período do Ensino Remoto Emergencial na educação básica e sua percepção frente à nova realidade educacional, porventura, esta pesquisa pode ser uma oportunidade de contribuição para a inclusão de estudantes surdos no ambiente virtual e mostrando um caminho para o crescimento e desenvolvimento de habilidades acadêmicas. À vista disso, a justificativa social se dá, pois, pesquisas seguindo a linha dessa temática não aborda somente questões de equidade e inclusão, mas também de compreender os desafios que foram enfrentados e buscar novas estratégias para assegurar um ensino de qualidade, e trazer melhorias e acessibilidade nas modalidades de ensino presencial e à distância.

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: a fundamentação teórica está dividida em três categorias teóricas, a primeira seção traremos alguns marcos legais na inclusão de surdos na educação brasileira, fundamentada principalmente por leis e decretos com base em Brasil (1990), Brasil (1998), Brasil (2000), Brasil (2002), Brasil (2005), Brasil (2008), Brasil (2008), Quadros (2008), Brasil (2010), Brasil (2013), Brasil (2015) e Miguel (2022) durante esse percorrer histórico. Na segunda seção, buscaremos abordar sua função e importância da atuação do intérprete de Libras na sala de aula, fundamentada em Brasil (2002), Brasil (2004), Brasil (2005), Oliveira e Mesquita (2020), Brasil (2023) e Cirilo, Rêgo e Oliveira (2023). Já na terceira e última seção das categorias teóricas apresentamos de forma breve como ocorreu a educação de surdos durante o Ensino Remoto Emergencial na educação básica durante a pandemia de covid-19, de acordo com discussões abordadas por Freire

(2001), Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020), Simões (2020), Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021), Concari (2021) e Santos, Silva e Kelman (2021).

Logo após, detalhamos a abordagem adotada nesta pesquisa qualitativa, juntamente da metodologia da Análise de Conteúdo, o tipo de estudo exploratória e bibliográfica, bem como a coleta de dados e os critérios de inclusão e exclusão. E nas seções seguintes apresentamos os resultados e discussões, ou seja, a nossa análise de dados sobre a relevância da atuação do intérprete de Libras, os desafios e as estratégias utilizados durante o Ensino Remoto Emergencial. Por fim, as considerações finais e as referências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A base do pensamento teórico desta pesquisa foi dividida em três categorias principais: 1. Alguns marcos legais na inclusão de surdos na educação brasileira, fundamentada por: Brasil (1990), Brasil (1998), Brasil (2000), Brasil (2002), Brasil (2005), Brasil (2008), Brasil (2008), Quadros (2008), Brasil (2010), Brasil (2013), Brasil (2015) e Miguel (2022); 2. A importância da atuação do Intérprete de Libras na sala de aula, baseada por: Brasil (2002), Brasil (2004), Brasil (2005), Oliveira e Mesquita (2020), Brasil (2023) e Cirilo, Rêgo e Oliveira (2023); e, 3. A educação de surdos durante o Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia de COVID-19, apoiada por: Freire (2001), Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020), Simões (2020), Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021), Concari (2021) e Santos, Silva e Kelman (2021).

2.1 ALGUNS MARCOS LEGAIS NA INCLUSÃO DE SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Na história da humanidade a imagem que muitas pessoas com deficiência carregavam era a imagem de deformação do corpo e da mente, essas características e trejeitos denunciavam a imperfeição humana, segundo a perspectiva e mentalidade do grupo social daqueles tempos. E esse olhar equivocado se perpetuou durante séculos e perdura na visão de muitos até hoje. Esses preconceitos envoltos da pessoa com deficiência afetou diversas esferas da sociedade, principalmente social e educacional.

Voltando agora para uma perspectiva educacional, referente a pessoas com perda total de audição, no Brasil, os surdos, até o século XV eram considerados ineducáveis, mas conforme Miguel (2022), foi em 1857 que o francês, Eduard Huet, veio ao Brasil a pedido de D. Pedro II para poder fundar a primeira escola para surdos no país, chamada de Imperial Instituto de Surdos Mudos, essa escola funciona até hoje, mas seu nome foi modificado para Instituto Nacional de Educação de Surdos, conhecido como INES.

Foi no instituto que surgiu a mistura da LSF (Língua de Sinais Francesa) com os sistemas já utilizados pelos surdos de várias localidades do Brasil que surgiu a Língua Brasileira de Sinais-Libras, por meio de interações entre as pessoas. [...] Desse modo, o Instituto Imperial para Surdos-Mudos, tornou-se uma instituição referência para a comunidade surda, sendo ainda considerado nos dias atuais [...]. (Miguel, 2022, p. 106)

À vista disso, é notório que no Brasil, uma educação voltada para os surdos só foi efetuada no século XIX, com a fundação do INES, foi um avanço significativo na história da educação de surdos no país, deu-se então início para de fato haver uma integração e inclusão

de pessoas surdas no contexto escolar no Brasil. Em 1988, que a Constituição Federal cujo Art. 205, do capítulo III da seção I, assegura oficialmente “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (Brasil, 1988). A seguir alguns artigos da Constituição da República Federativa do Brasil mais completos:

Art. 5. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Art. 205. Que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (Brasil, 1988)

Assegurando assim, que todo cidadão brasileiro, seja ou por nascer no país ou por ter cidadania brasileira é assegurado o direito de acesso à educação e que todos somos iguais perante a lei. Em 13 de julho de 1990, é decretada a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecendo que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...] (Brasil, 1990)

Através do ECA, foi reafirmado o direito a um atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, porém é descrito de forma geral, abrangendo todas as deficiências, e não diretamente a pessoas com perda total de audição. Em 4 de abril de 2013, é promulgada a Lei 12.796, que assenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecendo diretrizes de educação especial, assim surge, “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (Brasil, 2013).

Esta Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013 – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências – cita que a educação especial deve ser oferecida em rede regular de ensino. No dia 19 de dezembro de 2000 foi promulgada a Lei nº 10.098,

Art. 1. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida,

mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (Brasil, 2000)

Esta lei afirma e estabelece as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade de pessoas com deficiência e nos demais artigos dessa lei é afirmado o acesso a segurança, espaços públicos e urbanos, tecnologia assistiva ou ajuda técnica, e etc, de forma mais destringida. Em 7 de janeiro de 2008, foi criado um documento pela Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial (Secretaria de Educação Especial) do Ministério da Educação e pesquisadores da área e entregue para o Ministério da Educação, o documento intitulado como Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um marco na educação inclusiva sendo um marco regulatório para a garantia da matrícula das pessoas com deficiência na escola regular. Segundo esse documento,

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008, p. 14)

Resumidamente, essa política reforça o compromisso do governo brasileiro com a inclusão escolar de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ainda em 2008, foi promovida a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que apresenta não somente aspectos técnicos e jurídicos, mas também as conquistas e avanços das pessoas com deficiência. A obra retrata que,

Neste contexto, o movimento em defesa dos direitos humanos e de vida independente assume o papel de ser um indutor das transformações sociais visando caminhar para uma sociedade inclusiva. Este trabalho propõe reflexões e análises dos fatores determinantes que compõem o panorama da realidade sócio-econômica brasileira e ações capazes de efetivarem a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na vida diária da população brasileira. [...] Temos a convicção que com o exercício do conhecimento podemos tirar novas conclusões, fazer novas inferências, agregar novas informações, reformular significados. Ao exercitar o conhecimento, ele se consolida e cresce. Este é o início de um processo que necessitará um grande esforço de todos para vivermos plenamente um mundo possível: a sociedade inclusiva. (Brasil, 2008, p. 18-19)

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem o compromisso de assegurar os direitos humanos para todas as pessoas com deficiência, trazendo temáticas que trazem reflexões sobre. Em 6 de julho de 2015, é promulgada a Lei nº 13.146 que institui a

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), cujos os artigos 1º e 2º estabelece que,

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015)

Essa lei estabelece garantias e direitos às pessoas com deficiência, abordando diversas áreas, incluindo a educação. Por um tempo, leis e decretos foram promulgadas, referente às pessoas com deficiência, porém não eram voltadas explicitamente para pessoas surdas. Somente em 24 de abril de 2002, foi promulgada a Lei nº 10.436, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) oficialmente como direito da comunidade surda,

Art. 1º - É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002)

Em 23 de dezembro de 2005, três anos após a promulgação da Lei nº 10.436 é lançado o Decreto nº 5.626, que garante o direito da pessoa surda ao acesso à educação e seus direitos de atendimento educacional especializado:

Art.14º - As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidade de educação, desde a educação infantil até à superior.

§1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem:

I- promover cursos de formação de professores para:

- a) o uso e o ensino da Libras;
- b) o ensino da Libras;
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para as pessoas surdas;

II- prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como a segunda língua para as pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos. (Brasil, 2005)

E é em 01 de setembro de 2010, que é promulgada a Lei nº 12.319, que em seus Art 1º e 2º refletem que:

Art. 1ª Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. (Brasil, 2010)

O intérprete de Libras tem o papel de ponte entre o aluno surdo e o professor regular, além de efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa, conforme descreve o Art. 6º da Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010.

Embora a educação de surdos tenha diversos marcos legais assegurados, a educação desses sujeitos ainda é segregadora.

Apesar de não haver um levantamento exaustivo sobre o desempenho escolar de pessoas surdas brasileiras, os profissionais e a sociedade surda reconhecem as defasagens escolares que impedem o adulto surdo de competir no mercado de trabalho. Nas escolas brasileiras, é comum terem surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com a série. (Quadros, 2008, p. 22-23)

Como a própria autora, Quadros (2008) descreve, a questão da educação de pessoas surdas e toda a sua complexidade e adversidades que são impostas para ser efetivada vai para além de um problema educacional, nos encontramos diante de um problema social, “[...] os alunos surdos não devem tentar ouvir para poder ter uma educação de qualidade, ele tem o direito de receber uma formação com oportunidades iguais, independente de ouvir ou não. Normalmente pessoas não-surdas consideram a surdez um problema.” (Quadros, 2008, p. 32). O debate sobre a inclusão escolar das pessoas surdas nos diversos espaços da sociedade vem tomando cada vez mais atenção, e um dos maiores desafios enfrentados é de conseguir apoio do poder público e do envolvimento da sociedade na luta pela inclusão e integração desses sujeitos.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Como retratado na categoria teórica acima, conforme a Legislação Brasileira, em 24 de abril de 2002, a Lei nº 10.436, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) oficialmente como direito da comunidade surda, para comunicação e expressão desta comunidade,

Art. 1º - É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002)

Falar sobre a Libras é falar uma das interfaces do ser surdo. Na história do povo surdo, estes foram definidos como seres incompletos, incapazes durante muito tempo. A partir desses pensamentos negativos e preconceituosos surgiram a violência física e a simbólica, sendo a reclusão em casa, proibição do uso da língua de sinais, segregação em escolas, no trabalho, nos hospitais, etc. Então, ter uma lei que reconheça a Libras como um meio legal de comunicação foi e é um importante passo para a comunidade surda. Conforme Cirilo, Rêgo e Oliveira (2023),

A Libras deve ser adquirida como a primeira língua natural da pessoa surda, já a segunda língua deve ser praticada pela sociedade de preferência em sua modalidade escrita, não devendo a língua oral ser imposta. A qual deve ser compreendida com a mediação das bases linguística por meio da língua de sinais. (Cirilo; Rêgo; Oliveira, 2023, p. 5)

Ademais, três anos após a promulgação da Lei nº 10.436, em 23 de dezembro de 2005, foi lançado o Decreto nº 5.626, que garante o direito da pessoa surda ao acesso à educação e seus direitos de atendimento educacional especializado, para além, este decreto assegura a presença do intérprete de Libras nas escolas e nas salas de aulas como forma de garantir a inclusão educacional de estudantes surdos na instituição escolar, “Com isso, a norma legal tem o propósito de oferecer aos alunos o direito à escolarização sem diferenciação do padrão oferecido aos ouvintes, ampliando as possibilidades de inclusão social.” (Oliveira; Mesquita, 2020, p. 3).

Entretanto, como bem sabemos, somente garantir a entrada do estudante surdo na escola não é o suficiente, é necessário assegurar meios para a permanência deste estudante para garantir o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades acadêmicas. E um dos meios de trazer à tona o sentimento de pertencimento, colaboração e valorização para estes sujeitos é a inserção do intérprete de Libras na sala de aula. O trabalho do intérprete de Libras é uma forma de facilitar a comunicação entre surdo-ouvinte, e auxiliar no desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos surdos, e ao obter esse resultado o educando estará sendo preparado para exercer a cidadania e também ganhar autonomia, é de extrema importância que essa temática sobre a garantia da presença do Intérprete de Libras dentro das escolas seja cada vez mais discutida em escolas, nas redes sociais, principalmente por ser atualmente um dos meios de comunicação mais utilizado ao redor do mundo, na sociedade e também na formação dos professores, pois é um tema que infelizmente ainda há ideias erradas e mitos sobre a temática e sobre a inclusão e educação de e para surdos na sociedade, sendo assim, a informação e a desmitificação são iniciativas indispensáveis na educação.

Em 25 de outubro de 2023, foi promulgada a Lei nº 14.704, que altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Pela lei, o papel do intérprete

São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências, observado o disposto no caput deste artigo:

I - intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - intermediar a comunicação entre surdos e surdos por meio da Libras para outra língua de sinais e vice-versa;

III - traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e outras línguas de sinais e vice-versa. (Brasil, 2023)

O Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Especial (SEESP), em parceria com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) publicam o livro “O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa” com o intuito de apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, neste documento consta que,

Em qualquer sala de aula, o professor é a figura que tem autoridade absoluta.

- Considerando as questões éticas, os intérpretes devem manter-se neutros e garantirem o direito dos alunos de manter as informações confidenciais.
- Os intérpretes têm o direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas.
- As aulas devem prever intervalos que garantem ao intérprete descansar, pois isso garantirá uma melhor performance e evitará problemas de saúde para o intérprete.
- Deve-se também considerar que o intérprete é apenas um dos elementos que garantirá a acessibilidade. Os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula. Também, deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las. Outro aspecto importante é a garantia da participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. A questão da iluminação também deve sempre ser considerada, uma vez que sessões de vídeo e o uso de retroprojetor podem ser recursos utilizados em sala de aula. (Brasil, 2004, p. 61-62)

Não deve ser entendido que o Intérprete assuma a posição do professor regular da sala de aula, cabe ao professor regular ensinar e ao intérprete intermediar a comunicação e traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras.

[...] o fato dos intérpretes interagirem com os professores pode levar a um problema ético, pois é natural travar comentários a respeito dos alunos durante os intervalos. O código de ética prevê que o intérprete seja discreto e mantenha sigilo, não faça comentários, não compartilhe informações que foram travadas durante sua atuação. Assim, o código de ética dessa especialidade deveria também prever que ao intérprete fosse permitido apenas fazer comentários específicos relacionados à linguagem da criança, à interpretação em si e ao processo de interpretação quando estes forem pertinentes para o processo de ensino-aprendizagem. (Brasil, 2004, p. 62)

Em consonância com Cirilo, Rêgo e Oliveira (2023), “O intérprete é o principal responsável pela mediação e comunicação da pessoa surda com o público ouvinte, possibilitando a inserção do surdo em interação com os outros, a fim que essa comunicação seja a mais clara e objetiva possível.” (Cirilo, Rêgo e Oliveira, 2023, p. 3), resumidamente, a presença do intérprete de Libras na sala de aula promove a inclusão, acessibilidade ampliada, além de dar garantia ao acesso a direitos fundamentais e assegura a participação ativa do estudante surdo. A atuação do intérprete na sala de aula garantem avanços imensuráveis na vida dos alunos surdos e em sua jornada como educandos, visto que, vai para além do desenvolvimento social e psicológico, assegura ao aluno o desenvolvimento de suas habilidades a partir da garantia de respeito a sua primeira língua, identidade e cultura.

2.3 A EDUCAÇÃO DE SURDOS DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

A pandemia de COVID-19 aqui no Brasil em 2020, ocasionou mudanças radicais na sociedade brasileira, e na esfera educacional, gerou uma incansável busca de conhecimentos para enfrentar os desafios que surgiram com o novo modelo de aula, o ensino remoto emergencial (ERE).

Nesse período, foram criadas várias documentações legais, a fim de viabilizar o ensino aos estudantes das escolas, naquele momento, fechadas pelo isolamento social. Sendo assim, a Lei nº 14.040 (2020) foi a responsável pelo estabelecimento de normas educacionais nacionais compatíveis com a atual situação vivida. A partir das disposições previstas nesse documento legal, cada Estado e cada Município se reorganizaram com base em suas possibilidades e realidades. (Concari, 2021, p. 2)

Houve então, mudanças nas instituições escolares para se adaptarem com o novo modelo de ensino, além de haver uma grande exigência tanto para o educador quanto para o educando. E esta nova prática pedagógica virtual exigiu que o professor fosse capaz de manusear recursos digitais, para utilizar ferramentas para gravar, editar e postar aulas, ministrar aulas ao vivo, além de outras atividades. Além de saber administrar esses recursos tecnológicos, houve uma exigência sobre o refletir e o repensar sobre a sua prática docente.

Concerne que, diante das medidas tomadas, muitas questões foram ignoradas pelos órgãos competentes, como a situação de vulnerabilidade socioeconômica, linguística, física e cognitiva dos alunos. Desse modo, ao se ofertar o ensino remoto, a exclusão desses alunos torna-se mais um agravante diante da pandemia e das condições impostas e requeridas a muitos deles. (Shimazaki; Menegassi; Fellini, 2020, p. 2)

Claro que independente de serem ouvinte ou surdos, os alunos enfrentaram barreiras durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), mas abordando o cerne da pesquisa, os

obstáculos enfrentados pelos estudantes surdos foram inúmeros, que vai para além da barreira de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs),

Sem sombras de dúvidas, os mais afetados pela solução emergencial encontrada para não parar a Educação durante a pandemia, as aulas remotas, foram os alunos surdos, que, em sua maioria, não têm acesso às tecnologias. Como já foi aqui citado, por ser uma solução emergencial, muitas questões importantes deixaram de ser avaliadas pelos órgãos responsáveis, a exemplo das condições sociais, linguísticas e cognitivas desses alunos que foram submetidos a esse novo jeito de ensinar e aprender. (Simões, 2020, p. 6)

Shimazaki, Menegassi, Fellini (2020) com sua pesquisa, revelam alguns dos desafios que os alunos surdos sofreram durante ERE:

[...] a) a questão econômica; b) a língua utilizada no ambiente familiar que se diverge da utilizada pelos alunos; c) a falta de auxílio por parte dos pais; d) as dificuldades na compreensão de enunciados e na resolução das atividades; e) a distância entre as cidades; f) o acesso ao material produzido pela escola, entre muitos outros aqui não mencionados. (Shimazaki; Menegassi; Fellini, 2020, p. 14)

Além dessas dificuldades, também há as dificuldades pessoais (problemas em casa, separação de pais, doença, etc), fora as dificuldades emocionais e mentais. Na realidade, já existiam dificuldades para os alunos surdos quando o ensino era presencial, e com esse ensino remoto, as dificuldades aumentaram, isso acaba por revelar ainda mais a vulnerabilidade social e a fragilidade educacional do nosso país.

Uma das figuras que se destaca no ensino-aprendizagem desses alunos no ensino remoto emergencial é o intérprete de Libras, visto que, “[...] uma das atribuições do professor intérprete de Libras é estabelecer uma articulação com os professores da sala de aula comum, visando o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem do aluno nas atividades escolares.” (Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 5).

O intérprete não tem o trabalho de ensinar, esse cabe ao professor regular da turma, o seu papel é de mediar as interações entre os surdos e ouvintes (interação entre professor-aluno, aluno-aluno, aluno-intérprete), e essa nova modalidade de ensino remoto, intensificou o trabalho colaborativo entre professor intérprete de libras e o professor de sala regular, juntos “[...] traçam possibilidades de adequação em co-parceria [...]” (Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 6). E essa co-parceria resulta em traçar “[...] objetivos educacionais, considerando as especificidades do aluno, deslocando o olhar da limitação para a potencialidade desse sujeito.” (Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 7).

Entretanto, mesmo que a modalidade remota tenha sido carregada de dificuldade em relação ao domínio e adaptação às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), um dos instrumentos mais utilizados e que foram um dos grandes aliados do professor regular e do intérprete de libras foram os recursos tecnológicos e as metodologias ativas.

[...] as TICs permitem novas oportunidades de ensino e aprendizagem, rompendo com barreiras comunicacionais, democratizando a construção do conhecimento de forma dialógica, em que diferentes gêneros visuais puderam ser utilizados para aproximar pessoas que estavam afastadas geograficamente. (Santos; Silva; Kelman, 2021, p. 13)

A forma que o educador trabalha com seus alunos, tem que ser de igualdade de direitos e de respeito, entretanto, quando há um discente surdo na turma, a única diferença que tem que acontecer é que, a didática do professor, suas metodologias e estratégias pedagógicas devem ser reformuladas a partir das demandas que a turma necessita, há uma diferença nas formas de abordagem. É nesse pensar em novas abordagens em parceria com o intérprete de libras que a educação se torna em um instrumento de exploração do ser mais, que segundo Paulo Freire (2001) seria a:

Busca de uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados nem dos favorecidos. Isso, porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades, desocultadora, iluminadora das tramas sociais e históricas. Uma prática fundamentalmente justa e ética contra a exploração dos homens e das mulheres e em favor de sua vocação de ser mais. (Freire, 2001, p.23).

A educação assume não só um papel educacional, mas um político para obter um efeito de transformação social, no sujeito e conseqüentemente na sociedade, a forma que a educação transformadora é conduzida, tem como resultado uma construção de um sujeito emancipado, tanto no sentido político, como também no sentido humano. Ao se emanciparem, estes sujeitos serão capazes de (re)construir seus papéis sociais, se posicionarem de forma política, ter voz ativa e fazer sua própria leitura de mundo, usando sua individualidade, para questionar, se posicionar, ou seja, ser um sujeito-histórico.

3 CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, será apresentado o caminho metodológico que foi utilizado na pesquisa que achamos que potencialmente chegará a uma melhor compreensão sobre a temática estabelecida.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Em vista, do caminhar da pesquisa, a mesma está pautada por uma vertente, qualitativa, uma perspectiva que consideramos a que viria a contribuir para a aprendizagem e para expandir ideias, desta forma, o presente trabalho foi fundamentado na abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2001, p. 21-22),

[...] responde a questões particulares; [preocupa-se com] um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Essa abordagem é identificada como a abordagem que impossibilita fazer uma separação do sujeito da realidade, levando em consideração tudo que diz respeito ao objeto de estudo e suas particularidades. E para então, conseguir os dados e informações para a investigação, foi introduzida no trabalho a pesquisa bibliográfica como instrumento de investigação. As informações utilizadas nesta pesquisa foram analisadas e interpretadas através da metodologia da Análise de Conteúdo (AC), que é uma técnica de tratamento de informações,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p. 42).

Segundo Moraes (1999, p. 9) “[...] de certo modo, a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação.”, assim dizendo, esta metodologia foi escolhida para se chegar a uma melhor compreensão do processo de trabalho do intérprete de Libras e os desafios enfrentados, bem como as estratégias utilizadas para superá-los

3.2 TIPO DE ESTUDO

Dado a problemática da área de estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória, para expandir o conhecimento e informações da temática pesquisada, que de acordo com Gil (2008),

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (Gil, 2008, p. 27)

Seguindo esta lógica, a pesquisa refere-se à intenção de mostrar e compreender de forma clara e objetiva, os variados elementos e problemáticas que envolveram o ensino remoto emergencial através da perspectiva do intérprete de Libras. À vista disso, este método é voltado à uma abordagem de pesquisa qualitativa, buscando explorar e compreender a complexidade que envolve uma situação específica. Como bem esclarecido no corpo do trabalho, para esta pesquisa foi escolhido o instrumento de investigação chamado de pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002),

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (Gil, 2002, p. 44).

Esse instrumento foi escolhido para auxiliar e enriquecer a pesquisa, visto que, esse método se dá a partir de várias fontes bibliográficas e por sua natureza de tratamento analítico, e por ter um caráter analítico este instrumento de coleta de dados foi preferido, principalmente pela pesquisa ser voltada para uma temática recente na área de livros e artigos científicos.

3.3 COLETA DE DADOS

Para mais, os artigos que geraram os dados da pesquisa bibliográfica foram coletados do anais dos congressos IX Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), IV Congresso Internacional de Educação e Inclusão (CINTEDI) e do VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU).

3.3.1 Critérios de Inclusão e Exclusão

Como dito anteriormente durante a escrita desse trabalho, a pesquisa bibliográfica foi realizada através de leitura e análise de artigos dos Anais dos anos de 2020 a 2023 do IX

Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), IV Congresso Internacional de Educação e Inclusão (CINTEDI) e do VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Entretanto, como observado durante a procura dos artigos, a problemática desta pesquisa não é recorrente nestes congressos, principalmente por ser um tema recente, por conseguinte, somente os artigos que serão citados em uma segunda tabela mais para frente foram selecionados para serem utilizados neste trabalho, compreendendo os anos de 2020 e 2021. Como critério de inclusão, utilizamos palavras-chaves “Intérprete de Libras”, “Surdos” e “Ensino Remoto Emergencial” para facilitar a busca nos eixos temáticos de cada congresso. Conforme o “Quadro 1”, podemos ter uma ideia do quantitativo de artigos que se enquadraram nos critérios de inclusão durante o processo de seleção e análise. Segue abaixo:

Quadro 1- Quantitativos de artigos encontrados em cada congresso

CONGRESSOS	2020	2021	2022	2023	TOTAL
¹ CONEDU	42	55	47	74	218
² CINTEDI	21	21	—	—	42
³ CBEE	—	68	—	97	165
QUANTITATIVO FINAL: 425 ARTIGOS					

Fonte: Tabela elaborado pela autora (2024)

De forma resumida, 425 artigos entraram nos critérios de inclusão, porém utilizando os critérios de exclusão, como por exemplo, os artigos que não abordaram o trabalho do intérprete de Libras na pandemia, e como estes profissionais contornaram os desafios que surgiram e as estratégias utilizadas para superá-los durante o isolamento social foram excluídos da pesquisa, bem como estudos com perspectiva focada somente no aluno surdo ou no professor regular, ou pesquisas voltadas para o ensino presencial foram descartados. Somente os artigos do quadro abaixo foram selecionados e se enquadraram na pesquisa. Resumidamente, a leitura e análise de artigos dos Anais dos congressos compreendem os anos de 2020 a 2023.

¹ O Congresso Nacional de Educação acontece todos os anos;

² O Congresso Internacional de Educação e Inclusão acontece a cada dois anos, de dois anos seguidos;

³ O Congresso Brasileiro de Educação acontece a cada dois anos.

Porém usando os critérios de inclusão se encaixaram 425 artigos, usando os critérios de exclusão somente 4 artigos se encaixavam na temática da pesquisa, que compreendem os anos 2020 e 2021. Conforme o quadro abaixo é apresentado quais foram os artigos que encontrados e selecionados para compor a presente pesquisa, os quais se enquadraram nos critérios de exclusão e conseqüentemente se encaixavam na pesquisa:

Quadro 2- Caracterização dos artigos encontrados e analisados

TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	FONTE
A atuação do intérprete de libras em tempos de pandemia: reflexões acerca de possibilidades e desafios	Rayssa Feitoza Felix dos Santos	2020	IV Congresso Internacional de Educação e Inclusão - CINTEDI
Atuação dos Tradutores Intérprete de Libras no Ensino Remoto	Márcia Cristina Florêncio Fernandes Moret; João Guilherme Rodrigues Mendonça	2021	IV Congresso Internacional de Educação e Inclusão - CINTEDI
Os desafios dos Intérpretes de Libras em tempos de Pandemia	Mateus José Ribeiro	2021	VII Congresso Nacional de Educação - Conedu em Casa
Trabalho colaborativo entre professor Intérprete de Libras e professor de sala regular no Ensino Remoto	Luiz Ricardo Cervoni; Talita Silva Perussi Vasconcelos; Relma Urel Carbone Carneiro	2021	IX Congresso Brasileiro de Educação Especial

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

4 ANÁLISE DE DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, seguindo a direção, após a coleta de dados a fim de compreender e responder a nossa problemática, seguimos em teor de nossos objetivos específicos apresentar as análises observadas nos artigos selecionados obtidas através do instrumento de investigação escolhido.

4.1 OS DESAFIOS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA OS INTÉRPRETES DE LIBRAS

No que se refere aos desafios enfrentados pelos intérpretes de Libras no Ensino Remoto Emergencial (ERE) os artigos selecionados e incluídos na pesquisa apresentam diversos obstáculos para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem no contexto digital, Santos (2020) aponta que,

Diante do que foi expressado pelos intérpretes no questionário, acerca dos desafios da interpretação remota, temos o seguinte panorama: os maiores desafios têm sido o uso da tecnologia, englobando por exemplo, o não fornecimento de materiais necessários para a atuação remota, falha em equipamentos, instabilidade em sistemas e aplicativos usados para as aulas, falha na conexão da internet, entre outras dificuldades relacionadas a “Material tecnológicos acesso a internet” (IP). (Santos, 2020, p. 6)

Sem dúvidas as maiores aliadas ao ERE foram as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e as ferramentas/recursos tecnológicos, mas bem sabemos que todas ou grande parte dessas tecnologias precisam da internet para funcionar, com isso, os usuários necessitam de acesso a uma rede de computadores/celular/tablet e de internet ou dados móveis para poderem utilizar dos recursos que as tecnologias oferecem, e é justamente esses pontos que Santos (2020) recolheu na sua pesquisa, que os intérpretes ficavam a mercê na falha nos equipamentos, instabilidade nos sistemas, programas e aplicativos e nas falhas de conexão da internet, dificultando assim, o processo de aprendizagem do estudante surdo, em seguida a pesquisadora traz o fato de que alguns materiais/recursos tecnológicos não foram fornecidos pela instituição escolar e que os intérpretes tiveram que buscar essas ferramentas por conta própria, não tendo assim um suporte por parte da escola, inclusive Ribeiro (2021) pontua sobre isso, em como os intérpretes buscam meios próprios para materiais pedagógicos para auxiliar o alunos surdo. Fazer com que o aluno surdo tenha participação ativa nas aulas e realize as atividades, foi outro desafio presente na pesquisa de Santos (2020), para além de incluir o aluno na sala de aula é preciso trazer a tona o sentimento de pertencimento e colaboração, seja participando das aulas online, tirando dúvidas,

despertando neles o interesse, a autoestima, autonomia e, é claro, adaptação aos novos métodos e recursos de aprendizagem para que não percam o foco.

Tanto Santos (2020) quanto Ribeiro (2021) pontuam que os intérpretes não tiveram acesso aos conteúdos das aulas com antecedência, o estudante surdo aprende pelo modo visual e na própria língua materna, nesse caso a Libras, e ao Intérprete,

[...] cabe o papel de transformar aquilo que é “sonorizado” em sinais visuais, de acordo com a cultura surda. Há todo um conjunto de fatores envolvido nesse ato, não pode ser uma simples transposição de som para imagem. E quando esse profissional recebe de antemão o material que vai ser usado pelo professor em sala de aula, facilita esse trabalho, pois buscará em seu repertório cognitivo – se é símbolo, se é sinal, se é imagem, etc. - o melhor para ajudar o surdo; ou pelo menos terá tempo de buscar aprender sinais que não conhecia para assuntos que ainda não teve contato e ensinar o aluno. (Ribeiro, 2021, p. 7)

Ou seja, o papel do intérprete vai para além da tradução, mas também adaptação do conteúdo em sinais visuais, e quando o intérprete não recebe de antemão os conteúdos que serão abordados em sala de aula o seu trabalho se torna mais complexo. Ribeiro (2021) em sua pesquisa traz a fala de um dos intérpretes entrevistados que menciona que o modelo ERE não permite interação em certos conteúdos que as aulas presenciais têm, o que ocasiona uma perda de repasse de conteúdo, deixando uma lacuna na apreensão do ensino e aprendizagem do estudante surdo, “[...] a interação com o surdo é importante nesse momento de pandemia, uma vez que os outros alunos continuam suas aulas, mesmo que de forma remota, e o surto também tem o mesmo direito de continuar seu aprendizado.” (Ribeiro, 2021, p. 8).

Sem dúvidas, uma das desvantagens que o ERE é o modo que esse modelo deixou mais transparente a defasagem do contexto socioeconômico não só dos estudantes mas também dos professores e demais profissionais do instituto escolar. Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021, p. 4) abordam que “[...] porém sabe-se que esse modelo de educação não conseguirá atingir a todos os educandos, primeiro pela desigualdade social existente em nosso país, segundo pela falta de aplicativos acessíveis que contemplem as especificidades dos alunos com deficiência.”, fazendo ponte com Moret e Mendonça (2021) que pontuam sobre a precariedade de alunos surdos quanto ao acesso às tecnologias e a internet, tornando evidente que muitos alunos surdos não puderam ter acesso às aulas por não ter acesso às TICs.

Outro desafio presente durante o ERE foi a falta de colaboração entre professor regular e o Intérprete de Libras, Ribeiro (2021) salienta as falas dos Intérpretes entrevistados de que não houve parceria entre eles e o professor regular da sala de aula, de acordo com Lacerda et al (2011), conforme citado por Ribeiro (2021, p. 6), “[...] o objetivo principal do intérprete não é apenas traduzir o que ouve para o surdo, é proporcionar uma aprendizagem

eficiente para esse aluno e que isso só se dará através da ação conjunta intérprete/professor.”, embora seja indispensável uma colaboração entre o professor e o Intérprete, principalmente no ERE, um dos entrevistados por Ribeiro (2021) afirmou que o professor regular acredita que durante o ensino remoto o aluno surdo é de responsabilidade única do Intérprete, deixando o profissional sobrecarregado com todo o peso das estratégias pedagógicas que envolve o ensino e aprendizagem.

Os Intérpretes entrevistados por Santos (2020) afirmaram que tiveram sim contato com os professores regentes quando necessário e que sempre conversavam sobre o desenvolvimento ou dúvidas dos estudantes surdos, porém Santos (2020) observa que mesmo nesses casos de colaboração entre professor e Intérprete “[...] intérpretes precisam em muitos casos orientar os professores acerca da realidade do estudante surdo por ser ele, geralmente, o profissional que mais tem conhecimento sobre as especificidades do estudante surdo.” (Santos, 2020, p. 8), mostrando que os professores regentes não tinham nada ou quase nenhum conhecimento acerca do estudante surdo, e que isso fica ao cargo do Intérprete.

Ribeiro (2021) aponta que os Intérpretes entrevistados em sua pesquisa não obtiveram nenhum tipo de formação continuada no período pandêmico, que vai contra a promulgação da Lei nº 12.319, artigo 40, inciso III compete, do dia 1º de setembro de 2010 “A formação profissional do tradutor e intérprete de libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação” (Brasil, 2010), assim, um dos direitos do intérprete a ter uma formação continuada, principalmente por estarem atuando em um novo modelo de ensino que surgiu inesperadamente, não foi cedido. Diante disso, podemos perceber que, os desafios que os intérpretes de Libras enfrentaram durante o ERE foram inúmeros, portanto, foi preciso pensar em adaptações e estratégias pedagógicas para que os alunos surdos não fossem excluídos do seu direito a ter acesso a uma educação de qualidade.

4.2 AS ADAPTAÇÕES E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

No que diz respeito às adaptações e estratégias pedagógicas, os artigos selecionados, salvo alguns, não deixam explícitos quais foram as ferramentas utilizadas durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), tampouco quais foram as metodologias e adaptações recorridas.

Considerando os desafios e dificuldades presentes no ERE enfrentadas pelos Intérpretes descritas na categoria analítica acima, Santos (2020) pontua que,

Ao considerar a forma atual de como a educação está se configurando, com professores precisando desconstruir e reconstruir métodos, com aulas que acontecem de forma virtual, sejam elas síncronas ou não, mas que exige de todos os envolvidos grande esforço e dedicação, percebemos o intérprete de Libras, envolto pelo desafio de continuar mediando o conhecimento mas, de outra forma, através de outros meios. (Santos, 2020, p. 1)

De fato, foi preciso repensar em métodos para não excluir o estudante surdo do seu direito a uma educação de qualidade, somente garantir um intérprete no ambiente virtual não era o suficiente, por isso foi preciso tomar atitudes para contornar os imprevistos e impasses que envolveu todo esse processo de inclusão,

[...] a escola não deve se limitar apenas a “traduzir”, para a língua de sinais, metodologias, estratégias e procedimentos da escola comum, pensados para os ouvintes, mas deve se preocupar em organizar atividades que contemplem as especificidades cognitivas, sociais e culturais dos surdos. (Nogueira, 2016, p. 134, apud Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 3)

Então, só a presença do intérprete de Libras não é o suficiente para mediar o processo de ensino e aprendizagem, para mais, foi preciso levar em conta,

Além das necessidades de adequação dos conteúdos, são necessárias complementação em definições de mundo, abarcando ideias, expressões, gírias entre outras, que fazem parte da nossa cultura ouvinte, mesmo com a inclusão, os surdos são furtados desses conhecimentos, ou pela barreira linguística ou por um currículo que é desenhado para ouvintes. (Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 5)

Os autores pontuam o que deve ser contemplado – especificidades culturais, cognitivas e sociais dos educando surdos – nas adaptações dos conteúdos e afirmam que para isso de fato ocorrer é necessário ultrapassar as barreiras linguísticas e o currículo escolar que é voltado para o público ouvinte, duas barreiras estas que se não contornadas levam a segregação desses estudantes. Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021) caracterizam em seu relato de experiência dois exemplos de atividades das disciplinas de geografia e química, respectivamente, que foram postas em prática durante o ERE com um estudante surdo do 3º ano do Ensino Médio, em uma escola pública. Essas atividades foram elaboradas por um professor especialista, professor regente e pelo intérprete de Libras considerando todas as especificidades do estudante surdo. Abaixo segue a descrição das referidas atividades caracterizadas por Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021, p. 6):

Quadro 1: Descrição das atividades adaptadas

Disciplina	Atividade base	Atividade adaptada
Geografia	O roteiro de atividade proposta a sala, traz o enunciado e questões em português, além da imagem de um mapa Palestina em inglês (figura). Ex.: a) O que ocorreu com o território da Palestina com o passar do tempo? b) O conceito de “choque de	O roteiro da atividade foi adaptada para que o enunciado e as questões trouxessem palavras objetivas para que aluno surdo conseguisse interpretar, de forma que conseguisse executar a atividade. Ex.: a) Tempo passar (1946 até 2005), território (verde) Palestina o que acontecer? R: b) Você assistiu aula “Choque de civilizações”

Fonte: Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021)

Os pesquisadores descrevem as atividades bases, que são as atividades elaboradas para a turma ouvinte, e as atividades adaptadas para o aluno surdo, priorizando as capacidades de leitura e interpretação desse estudante. Essas atividades elaboradas, segundo Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021), buscam trazer autonomia e protagonismo para o aluno para que este seja o sujeito ativo na busca de conhecimento, para assim,

[...] trazendo para discussão as suas dúvidas e ampliando juntamente como o professor intérprete de Libras e no contra turno com o professor especialistas, pois a partir do seu conhecimento de mundo a necessidade de aprofundamento com a utilização de imagens ou vídeos em Libras para que contemplem com eficácia o conhecimento proposto pelo professor regente, de forma objetiva e concreta. (Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 7)

Ademais, Moret e Mendonça (2021) apontam um outro exemplo de estratégia tomada durante o período pandêmico, “[...] a correção de tarefas e provas deve ser acompanhada por esse profissional, sabendo que para as pessoas surdas a língua portuguesa é um sistema linguístico que geralmente não dominam.”(Moret; Mendonça, 2021, p. 3) , a correção dessas atividades tendo a presença do intérprete garantem que não aconteça uma barreira linguística entre a ⁴L1 dos ouvintes que é o Português e a L1 do estudante surdo, que é a Libras, além das barreiras culturais e sociais. Outra pontuação feita por Moret e Mendonça (2021) sobre as adaptações feitas durante o ERE foi,

[...] a preparação de materiais, usando sempre imagens que façam a conexão com o conteúdo, respeitando assim sua cultura espaço-visual. O trabalho com as tecnologias, também é de grande relevância para o ato de ensinar, isso porque

⁴ L1 = Primeira língua do sujeito, língua materna.

potencializa o interesse dos(as) alunos(as) e viabiliza buscas e pesquisas de novos conhecimentos. (Moret; Mendonça, 2021, p. 5)

Os pesquisadores afirmam que foi necessário o uso de imagens que fizessem paralelo com o conteúdo proposto, assim respeitando sua cultura espaço-visual, sobre a importância das tecnologias durante a ERE, embora não tenha citado quais tecnologias foram usadas mais para frente os autores citam dois exemplos,

Um exemplo disso: durante qualquer aula ou explicação de conteúdos seja assíncrona ou síncrona, deve ocorrer a participação do(a) intérprete de Libras; as atividades propostas devem ser conduzidas pensando nas diferenças linguísticas e culturais, as avaliações devem contar também como o apoio dos(as) TILS, reuniões/palestras e outros eventos disponibilizados pelas plataformas como: meet e zoom, também devem ter o apoio de interpretação. É preciso pensar em todos os momentos de aprendizagem e dar acesso a toda programação institucional e acadêmica, o(a) aluno(a) surdo(a) não pode ser excluído(a). (Moret; Mendonça, 2021, p. 5)

O Zoom e o Meet foram exemplos de tecnologias utilizadas durante o ERE, que são duas plataformas que fornecem serviços de conferência remota, videoconferência, reuniões online, bate-papo entre outros serviços. Ribeiro (2021, p. 5) também aponta como estratégias no ERE as “Ferramentas como vídeos, slides, materiais impressos ou digitalizados são sempre bem-vindos para a apreensão dos conteúdos em aulas remotas.”, que sem dúvidas, vídeos, slides e materiais digitalizados foram uma das estratégias mais utilizadas durante a educação em tempos de pandemia. E para finalizar no que compete sobre estratégias virtuais na pandemia, Ribeiro (2021) afirma que o meio mais utilizado pelos intérpretes foi o uso do aplicativo WhatsApp,

O WhatsApp, por outro lado, como meio de interação da rede social mais em conta e mais usados pelos alunos, principalmente da rede pública, passa a ser uma excelente forma de interação professor/intérprete/aluno surdo. Os entrevistados, como pode-se ver em suas respostas acima, usam essa ferramenta, para comunicação com o aluno, sendo que o Intérprete B especificou: “por vídeo chamada”. (Ribeiro, 2021, p. 8)

O WhatsApp, que resumidamente é um aplicativo de mensagens instantâneas, chamadas de voz e vídeo, foi o aplicativo mais acessível entre o surdo e ouvinte durante as aulas remotas.

Diante do exposto, embora os pesquisadores não tenham citados os nomes, salvo alguns, das ferramentas, recursos, aplicativos, plataformas e sites usados durante o ERE, é perceptível que foi necessário o uso das ferramentas e recursos tecnológicos, e obviamente adaptações para compreender todas as especificidades do estudante surdo no que tange atividades e participação em aula.

4.3 A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

No que tange a presença do intérprete de Libras no Ensino Remoto Emergencial (ERE), é inquestionável a relevância do intérprete e o seu papel no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos em tempos de pandemia, não basta somente a presença do professor regular sozinho,

Todavia, se voltarmos nossos olhos para os estudantes surdos, verificaremos que algo mais é necessário. Mais um profissional precisa estar conectado, além do professor, e com o suporte necessário para executar seu trabalho. E não apenas estar conectado tecnologicamente, mas, conectado ao aluno. (Santos, 2020, p. 5-6)

O destaque da inserção do intérprete no ERE é evidenciado por Santos (2020) quando a pesquisadora pontua que o trabalho desse profissional vai para além de estar conectado virtualmente, mas conectado ao aluno, de acordo com Lacerda (2006) o intérprete é,

Alguém que trabalhe em sala de aula, com alunos, tendo com eles uma relação estreita, cotidiana, não pode fazer sinais – interpretando – sem se importar se está sendo compreendido, ou se o aluno está aprendendo. Nessa experiência, o interpretar e o aprender estão indissolivelmente unidos [...] (Lacerda, 2006, p. 174, apud Santos, 2020, p. 6)

O intérprete muitas vezes é aquele cujo tem mais contato com o estudante surdo, tendo assim, mais afinidade sobre suas especificidades no que se refere às competências cognitivas, culturais e sociais deste sujeito, gerando e ressaltando uma conexão com ele. Santos (2020) ainda pontua que, “Nesse sentido, o trabalho do intérprete de Libras não se resume a apenas sinalizar, mas sua atuação está ligada ao processo de aprendizagem do surdo e, como o intérprete não é uma máquina, as subjetividades permeiam as relações estabelecidas nesse processo.” (Santos, 2020, p. 6). Compreendemos que, o intérprete contribui para não só o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, mas também para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais dos alunos surdos

Como já estabelecido nas categorias analíticas anteriores, o intérprete faz mais do que apenas traduzir do Português para Libras, o modo como o estudante surdo aprender difere do aluno ouvinte, Ribeiro (2021) deixa bem claro da complexidade do ato de “traduzir”,

Os conteúdos trazidos para a sala de aula são verbalizados, por meio da voz, portanto som, e a maioria dos estudantes a entende com facilidade porque está sendo apresentada em sua língua materna (português) e pela forma de apropriação de ideias e informações que o próprio professor também tem. Mas é diferente com o aluno surdo, que aprende pelo modo visual, e na sua própria língua materna (LIBRAS), que usa de sinais específicos para a compreensão de mundo, modo de aprender que é só dele, não da maioria, nem do professor. Ao intérprete cabe o papel de transformar aquilo que é “sonorizado” em sinais visuais, de acordo com a cultura surda. Há todo um conjunto de fatores envolvido nesse ato, não pode ser uma simples transposição de som para imagem. (Ribeiro, 2021, p. 7)

É mais do que simplesmente “traduzir”, mas adaptar as informações que foram oralizadas em Português para Libras e deixá-las mais acessíveis e adequadas à situação dos alunos surdos, para que eles possam compreender dentro de sua visão de mundo e realidade, e é, obviamente, uma responsabilidade complexa de observar e escolher os sinais e expressões que melhor transmitem o significado do conteúdo que está sendo trabalhado pelo professor regente. Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021) pontuam mais explicitamente sobre a complexidade do papel do intérprete,

Além das necessidades de adequação dos conteúdos, são necessárias complementação em definições de mundo, abrangendo ideias, expressões, gírias entre outras, que fazem parte da nossa cultura ouvinte, mesmo com a inclusão, os surdos são furtados desses conhecimentos, ou pela barreira linguística ou por um currículo que é desenhado para ouvintes. (Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 5)

Outro ponto importante da atuação desse profissional no ERE é que as intervenções, adaptações e estratégias pedagógicas que foram utilizadas no ensino remoto devem ter o envolvimento do Intérprete,

Um exemplo disso: durante qualquer aula ou explicação de conteúdos seja assíncrona ou síncrona, deve ocorrer a participação do(a) intérprete de Libras; as atividades propostas devem ser conduzidas pensando nas diferenças linguísticas e culturais, as avaliações devem contar também como o apoio dos(as) TILS, reuniões/palestras e outros eventos disponibilizados pelas plataformas como: meet e zoom, também devem ter o apoio de interpretação. É preciso pensar em todos os momentos de aprendizagem e dar acesso a toda programação institucional e acadêmica, o(a) aluno(a) surdo(a) não pode ser excluído(a). (Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 5)

Como já explicitado anteriormente, Santos (2020), Ribeiro (2021) e Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021) pontuam que a o intérprete é essencial para incluir os estudantes surdos no ambiente escolar, principalmente no ERE cujo modelo de ensino evidenciou os obstáculos para incluir esses educandos,

Desse modo, o(a) tradutor(a) intérprete é o elo de transmissão do conhecimento entre docentes e alunos(as). Essa transmissão ocorre quando fazem a tradução da fala do(a) professor(a) que são usuários da língua portuguesa para a língua materna do receptor (Libras). Esse profissional não substitui o(a) docente de modo algum, mas facilita seu trabalho com o(a) surdo(a), quebrando as barreiras comunicacionais existentes e levando o conhecimento até o(a) aluno(a). (Cervoni; Vasconcelos; Carneiro, 2021, p. 3)

Diante do exposto, compreendemos que o papel do Intérprete de Libras vai para além de ser um mediador linguístico, para além de uma ponte de comunicação entre surdo e ouvintes, mas também proporciona ao estudante surdo o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, dando-lhe abertura para uma participação ativa nas aulas, ampliando habilidades sociais e emocionais, e é claro, para a garantia do direito dos estudantes surdos, promovendo um ambiente escolar mais igualitário e inclusivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se os achados da pesquisa que foram apresentados anteriormente, mais as inferências diante desses dados, voltaremos à questão problema que direcionou a efetivação dessa pesquisa: “Como os pesquisadores retratam a atuação do intérpretes de Libras no ensino remoto emergencial para alunos surdos durante a pandemia de COVID-19 nos artigos dos anais do Cintedi, Conedu e CBEE no que se refere a estratégias e desafios?”. Diante do exposto pelos pesquisadores, podemos compreender que os desafios enfrentados pelos intérpretes de Libras foram inúmeros, se ajustar a uma nova modalidade de ensino que surgiu abruptamente e sem nenhuma preparação; falhas nos recursos tecnológicos e na conexão à internet; a comunicação entre professor regular e o intérprete sendo escassa, deixando o aluno surdo como responsabilidade do intérprete; a falta de suporte por conta da escola em relação ao fornecimento de materiais e recursos tecnológicos; não ter acesso ao conteúdo que seria trabalhado na aula com antecedência e não houve quaisquer tipo de formação continuada durante o período pandêmico, o que sem dúvidas dificultou a atuação plena desses profissionais no ambiente escolar de modo virtual.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) evidenciou como esse modelo de ensino não permitia certas interações em determinados conteúdos que as aulas presenciais tinham, por isso foi necessário pensar e repensar em adaptações e estratégias pedagógicas para poder incluir esse estudantes surdos no ERE e garantir o direito deles ao acesso à educação. Santos (2020), Cervoni, Vasconcelos e Carneiro (2021), Moret e Mendonça (2021) e Ribeiro (2021) evidenciam que os suportes tecnológicos, equipamentos eletrônicos e o acesso à internet foram essenciais para a continuação do ensino de modo remota, além de adaptações dos enunciados nas atividades para melhor compreensão do surdo, correção de tarefas e provas com a supervisão do Intérprete, o uso de imagens, *slides*, materiais digitalizados, plataformas de videoconferência (Google Meet e Zoom), além do aplicativo *WhatsApp* foram algumas das estratégias utilizadas para inclusão desses estudantes.

Tendo em consideração Moret e Mendonça (2021) “Assim, pode-se afirmar que para que haja a inclusão é necessário estratégias facilitadoras, como: incentivo, interação entre alunos e professores, aceitação, materiais didáticos e principalmente ajuda mútua.” (Moret; Mendonça, 2021, p. 4), apesar dos percalços confrontados durante o ERE, a inclusão desses estudantes surdos de fato aconteceu, mas que para isso foi preciso ir para além de garantir um intérprete na sala, mas a junção de diversos fatores, principalmente, levando em conta que o educando surdo não é só da responsabilidade do intérprete de Libras. Fora os

materiais, incentivos para participar da aula e interagir com os demais, é preciso ter uma colaboração entre o intérprete e o professor para garantir a inclusão e o acesso à educação.

À vista disso, levando em consideração o problema da pesquisa e o objetivo geral, apreendemos que, os artigos apresentam o intérprete de Libras como mais que uma ponte de comunicação surdo-ouvinte, mas também auxiliam no desenvolvimento de competências acadêmicas aos estudantes surdos e permitir-lhes participar ativamente nas interações no ensino remoto seja professor-regente e aluno surdo quanto aluno ouvinte e alunos surdo, expandir as suas habilidades sociais e emocionais e, obviamente, garantir os direitos dos alunos surdos e promover um ambiente escolar mais igualitário e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Gestão da Educação com Justiça Social. Que Gestão dos Injustiçados?. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 768–788, 2020. DOI: 10.21573/vol36n22020.100820. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/100820>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 1977.

BRASIL. A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada / Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm#:~:text=LEI%20No%2010.098%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202000.&text=Estabelece%20normas%20gerais%20e%20crit%C3%A9rios,reduzida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm#art1.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa. Brasília, MEC, 2004.

CERVONI, Luiz Ricardo; VASCONCELOS, Talita Silva Perussi; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Trabalho colaborativo entre professor intérprete de libras e professor de sala regular no ensino remoto. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2021, São Paulo. Anais eletrônicos [...] São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2021. p. 1-10.

CIRILO, Suzana Dos Santos; RÊGO, Janielle Kaline do; OLIVEIRA, Mylena Lícia dos Santos. A importância do intérprete de libras no contexto educacional e social. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/98266>>. Acesso em: 05 de fev de 2024.

CONCARI, Idelma Almansa. O ensino de alunos surdos e covid-19: Um relato de experiência em Blumenau. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2021, São Paulo. Anais eletrônicos [...] São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2021. p. 1-13.

_____. Decreto nº 5.626, de 23 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – Libras, e o art. 18 da lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm.

FREIRE, Paulo. Política e educação. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRIEU, P. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MIGUEL, Felipe de Oliveira. O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL E NO MUNDO: IMPOSIÇÃO, CARIDADE OU ESCOLHA?. Saberes e Sabores Educacionais. v. 9, p. 101-114. abr. 2022. Disponível em:

<https://revistas.uceff.edu.br/saberes-e-sabores/article/view/51>. Acesso em: 08 set. 2023.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – Libras, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm.

_____. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Publicado no DOU de 2 out. 2010.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm.

_____. Lei nº 12.796, de 4 abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Publicado no DOU de 5 abr. 2013. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORET, Marcia Cristina Florencio Fernandes et al.. Atuação dos tradutores intérprete de libras no ensino remoto. Anais do IV CINTEDI 2021... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81736>>. Acesso em: 04 de jan 2024.

NEGREIROS, Karine Albuquerque de; ANACHE, Alexandra Ayache; SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Educação de surdos em tempos de pandemia: relato de experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2021, São Paulo. Anais eletrônicos [...] São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2021. p. 1-14.

OLIVEIRA, Marcela Crislane Conceição de; MESQUITA, Leila Santos de. A importância do intérprete de libras na sala de aula. Anais IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72343>>. Acesso em: 30/11/2023.

QUADROS, Ronice Müller. Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RIBEIRO, Mateus José. Os desafios dos interpretes de libras em tempos de pandemia. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82515>>. Acesso em: 30/11/2023.

SANTOS, Paulo J. A. dos; SILVA, Priscila R. da; KELMAN, Celeste A. Experiência na pandemia: as tecnologias como meio de processo formativo na educação de surdos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2021, São Paulo. Anais eletrônicos [...] São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2021. p. 1-14.

SANTOS, Rayssa Feitoza Felix Dos. A atuação do intérprete de libras em tempos de pandemia: reflexões acerca de possibilidades e desafios. Anais IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72309>>. Acesso em: 30/11/2023.

SILVA, Neylson Oliveira da; BRANCO, Marcella Arraes Castelo; CHAHINI, Thelma Helena Costa. O ensino remoto emergencial e a inclusão de alunos surdos na educação superior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 9., 2021, São Paulo. Anais eletrônicos [...] São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2021. p. 1-14.

SIMÕES, Rita de Cássia da Silva. Educação na pandemia: a realidade do ensino remoto para surdos no município de Pirpirituba/PB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Tuana Maria da; MOURÃO, Carlos Antonio Fontenele. Descobertas metodológicas na atuação de uma intérprete de libras em contexto de educação inclusiva. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/99641>>. Acesso em: 05 de fev de 2024.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MENEGASSI, Renilson José; FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100140&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 set. 2023. Epub 02-Set-2020. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15476.071>.